



Objetivo: Proporcionar aos participantes uma compreensão fundamental da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e sua importância para as atividades e responsabilidades do Ministério Público.

Data: 10 de junho de 2025.

Horário: 09h às 11h

Carga horária: 2 horas.

Formato: remoto síncrono, Plataforma Google Meet.

Evento Certificado.

Público: Membros, servidores, assessores e colaboradores do MPPE.

Vagas: 100 vagas a serem preenchidas por ordem de inscrição.

Conteúdo:

- **Breve Histórico da Proteção de Dados Pessoais:**
 - A correlação entre avanços tecnológicos e a evolução das normas de proteção de dados pessoais na Europa.
 - A importância da proteção de dados pessoais.
 - Exemplos práticos de violações à proteção de dados pessoais.
- **A Proteção de Dados Pessoais no Brasil e o papel do Ministério Público:**
 - A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/18); a Emenda Constitucional n. 115/2022; e a Resolução CNMP n. 281/2023 (Institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público brasileiro).
 - Ministério Público: controlador de dados pessoais e legitimado para tutela coletiva.
 - A determinação do CNMP para a instituição de estruturas especializadas nos órgãos de execução do MP visando à tutela coletiva da proteção dos dados pessoais. Exemplo do MPSC.
- **Conceitos Fundamentais da LGPD:**
 - Definição do conceito de dados pessoais.

PALESTRA

O MINISTÉRIO PÚBLICO E A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS



- Diferenciação entre dados pessoais; dados pessoais sensíveis; e de crianças e adolescentes.
 - Âmbito de incidência.
 - Hipóteses legais e princípios gerais de proteção.
 - Distinção entre dados pessoais, dados sigilosos e segredo de justiça.
- **Equilíbrio entre Proteção de Dados Pessoais e Outros Direitos:**
 - Orientações quanto a providências a serem adotadas por membros do Ministério Público no tocante a gravações audiovisuais para instrução de procedimentos em trâmite no Ministério Público e concretizadas em audiências judiciais e Plenários do Júri (Orientação n. 001/UEPDAP/CNMP/2024).
 - **Boas práticas relacionadas à Proteção de Dados Pessoais nas Promotorias de Justiça:**
 - Atendimento virtual e presencial; dispensa da coleta de consentimento no exercício da atividade-fim; compartilhamento de documentos com dados pessoais com outros órgãos/instituições; minimização de dados pessoais nos extratos de publicação; descarte de documentos físicos e digitais; uso de IA Generativa; armazenamento em nuvem e etc.

Metodologia: Apresentação expositiva e dialogada, como momentos de perguntas e respostas.

Palestrantes: Carlos Renato Silvy Teive, Promotor de Justiça de Santa Catarina e Presidente do Colégio de Encarregados pelo Tratamento de Dados Pessoais do Ministério Público – CEDAMP.

Inscrições: até o dia 06 de junho de 2025 por meio do preenchimento do formulário disponível em: <http://doity.com.br/palestra-protecao-de-dados-pessoais-e-sensiveis-no-ministerio-publico>

Realização: Escola Superior do MPPE.